Liberalização comercial vs. proteção ambiental

Carolina Lembo
carolina.lembo@fiesp.org.br

Pneus Remoldados: liberalização comercial vs. proteção ambiental

Tribunal Ad Hoc Mercosul – Uruguai vs. Brasil

- 17 de setembro de 2001: Tribunal Ad Hoc é estabelecido de acordo com o Protocolo de Brasília.

“Nós [Tribunal Arbitral Ad Hoc] não temos nada com a legislação ambiental, e não examinamos isso. Nós examinamos apenas sob a perspectiva comercial”.

(Dra. Maristela Basso, Membro do Tribunal Arbitral Ad Hoc do
MERCOSUL)

Tribunal Ad Hoc Mercosul – Uruguai vs. Brasil

Uruguai	
Fundamentos Jurídicos	Art. 1 Tratado de Assunção: objetivo de consolidar a integração e cooperação econômica
	Arts. 1 e 10(2) Anexo 1 do Tratado de Assunção: proíbe restrições não tarifárias
	Decisão 22/00: proíbe a adoção de medidas restritiva ao comércio recíproco
	Princípios gerais de direito internacional: estoppel

Tribunal Ad Hoc Mercosul – Uruguai vs. Brasil

Brasil	
Fundamentos Jurídicos	Portaria n.8/00: regulamenta a importação de bens usados
	Comitê de Regras Técnicas do MERCOSUL: as normas técnicas 224:2000 e 225: 2000 definem pneu remoldado como bem usado que foi submetido a um processo de reutilização de um bem já existente
	Resolução 109 de 1994 do Grupo Mercado Comum: sujeita o tratamento jurídico de bens usados à legislação nacional
	as práticas brasileiras relacionadas à importação de pneus remoldados não eram constantes nem inequívocas para criarem expectativas legítimas

Tribunal Ad Hoc Mercosul – Uruguai vs. Brasil

- 8 de janeiro de 2002: o Tribunal Ad Hoc decidiu, por unanimidade, que a Portaria No. 8/00 era incompatível com a normativa do MERCOSUL e ordenou que o Brasil adaptasse sua legislação para conformar a decisão do Tribunal.
- O Brasil eliminou a proibição para importação de pneus remoldados oriundos de outros países do MERCOSUL através da Portaria SECEX No. 2, de 8 de março de 2002.

Tribunal Ad Hoc Mercosul – Uruguai vs. Brasil

“Quando o MERCOSUL foi feito em 1991, os pneus estavam no livre comércio no bloco? Eles entraram para o livre comércio? Sim, eles entraram para o livre comércio, então eles assim deveriam permanecer. Na nossa perspectiva, ainda que não tenha aparecido escrito no Laudo, se o Brasil quisesse regulamentar, tendo em vista a proteção do meio ambiente, do consumidor, isso é absolutamente lícito, ele poderia fazê-lo, desde que ele fizesse de forma quadripartite.” (Dra. Maristela Basso, Membro do Tribunal Arbitral Ad Hoc do MERCOSUL)

Tribunal Ad Hoc Mercosul – Uruguay vs. Argentina

Tribunal Ad Hoc Mercosul – Uruguai vs. Argentina

- 26 de julho de 2005: Tribunal Ad Hoc é estabelecido de acordo com o Protocolo de Olivos.

“O caso ... marca o conflito da proteção ambiental e o livre comércio... dois princípios de direito internacional consagrados especificamente no MERCOSUL ... igualmente estruturais.” (Dr. Hermes Marcelo Huck, Presidente do Tribunal Arbitral Ad Hoc do MERCOSUL)

Tribunal Ad Hoc Mercosul – Uruguai vs. Argentina

Uruguai	
Fundamentos Jurídicos	Arts. 1 e 5 do Tratado de Assunção: a legislação argentina inibe injustificadamente a livre circulação de bens no âmbito do MERCOSUL
	Anexo 1 ao Tratado de Assunção: programa de liberalização comercial
	Decisão 22/00 e 57/00: promove o acesso a mercados
	Princípios gerais de direito internacional: estoppel, pacta sunt servanda, boa fé e princípios gerais de direito da integração

Tribunal Ad Hoc Mercosul – Uruguai vs. Argentina

Argentina	
Fundamentos Jurídicos	Lei 25626 de 2002: proibição de importação de pneus e câmaras remoldadas
	Art. 50 Tratado de Montevideu: restrição não-tarifária justificada por interesses ambientais (Anexo I do Tratado de Assunção).
	princípio da precaução
	Preâmbulo do Tratado de Assunção e Acordo Marco sobre Meio Ambiente do MERCOSUL (2001): preocupação com o Meio Ambiente

Tribunal Ad Hoc Mercosul – Uruguai vs. Argentina

25 de outubro de 2005: o Tribunal Arbitral Ad Hoc decidiu, por maioria de votos, que a legislação argentina era compatível com a normativa do MERCOSUL.

"Não acho que no caso dos pneus haja incerteza científica. A certeza é total: o pneu usado cria, pelo menos hoje, um passivo ambiental sem solução." (Dr. Hermes Marcelo Huck, Presidente do Tribunal Arbitral Ad Hoc do MERCOSUL)

Tribunal Permanente de Revisão – Uruguai vs. Argentina

- 20 de dezembro de 2005: o TPR emite seu laudo que, de acordo com o Art. 17(2) do Protocolo de Olivos, está limitado a questões de direito e interpretações jurídicas.
- Processo de integração: segundo o TPR este se sustenta em um único princípio o do **livre comércio**.

Tribunal Permanente de Revisão – Uruguai vs. Argentina

- Exceções ao princípio do livre comércio, como as de natureza ambiental, devem passar por um exame rigoroso, não respeitado pelo Tribunal Arbitral Ad Hoc:
 - Proporcionalidade;
 - Dano alegado, não é grave nem irreversível;
 - Não se pode impedir o livre comércio, salvo que seja a única medida disponível;
 - A medida adotada não previne o dano
 - As medidas a serem adotadas no presente caso deveriam estar mais bem orientadas à limitação e eliminação dos pneus.

Brasil – Pneus Remoldados (DS 332)

Principais Informações	
<i>Reclamante</i>	Comunidades Europeias
<i>Terceiras partes</i>	<i>Argentina; Austrália; China; Coréia do Sul; Cuba; Guatemala; Japão; México; Paraguai; Taiwan; Tailândia e Estados Unidos.</i>
<i>Solicitação de consultas</i>	20/6/2005
<i>Relatório do Painel</i>	23/04/2007
<i>Relatório do Órgão de Apelação</i>	03/12/2007
<i>Cumprimento com a Recomendação</i>	25/09/2009

Brasil – Pneus Remoldados (DS 332)

Comunidades Europeias	
Fundamentos Jurídicos	Art. I do GATT: tratamento NMF
	Art. III do GATT: tratamento nacional
	Art. XI do GATT: proibição a restrições quantitativas
Principais Argumentos	Equipara os pneus remoldados aos pneus novos
	Importação de pneus usados, por meio de medidas judiciais, neutralizaria qualquer contribuição do banimento às importações
	A discriminação com relação aos países do MERCOSUL consiste em discriminação injustificável e arbitrária.

Brasil – Pneus Remoldados (DS 332)

Brasil	
Fundamentos Jurídicos	Art. XX (b): medidas necessárias à proteção do meio ambiente e saúde pública
	Art. XXIV: MERCOSUL é uma União Aduaneira e, dessa forma, constitui exceção à NMF
Principais Argumentos	Importação de pneus remoldados acelera a geração de resíduos no país importador
	Acumulação de grandes quantidades de resíduos de pneus é grave ameaça ao meio ambiente e à saúde pública
	A proibição à importação de pneus usados e remoldados é a única medida capaz de impedir a geração de quantidades de resíduos de pneus além do mínimo necessário para atender as necessidades do país

Brasil – Pneus Remoldados

Decisões Painel e Órgão de Apelação	
Art. XI:1	concluiu que a proibição das importações pelo Brasil de pneus remoldados eram incompatíveis com a eliminação de licenças à importação prevista pelo GATT.
Art. III:4	concluiu que as liminares concedidas pela justiça local brasileira seriam incompatíveis com o tratamento nacional previsto no GATT
Art. XX(b)	O Órgão de Apelação confirmou a decisão do Painel de que a proibição de importação foi provisoriamente justificada como necessária, uma vez que não considerou nenhuma das alternativas menos restritivas ao comércio sugeridas pelas Comunidades Europeias alternativas razoavelmente disponíveis

Brasil – Pneus Remoldados (DS 332)

Decisões Painel e Órgão de Apelação

Art. XX
chapeau

O Órgão de Apelação reverteu às conclusões do Painel de que a isenção ao MERCOSUL e às importações de pneus usados por meio de liminares constituiriam discriminação arbitrária e injustificável: restrição disfarçada ao comércio internacional, apenas na medida em que elas resultam em volumes de importação que prejudiquem significativamente a consecução do objetivo da proibição de importação.

O Órgão de Apelação determinou que a avaliação de se a discriminação é arbitrária ou injustificável deve ser feita à luz do objetivo da medida, e constatou que a isenção ao MERCOSUL, bem como a importação de pneus usados por meio de liminares, resultou no descumprimento com as condições do chapéu do Artigo XX.

Supremo Tribunal Federal (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 101)

- 25 de junho de 2009: o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade das liminares e da exceção aos países do MERCOSUL, que afrontariam os Arts. 196, 170 e 225 da Constituição Federal (saúde pública e proteção ao meio ambiente).

“Os pneus usados não passam de um lixo ambiental que se exporta, fazendo do Brasil uma espécie de quintal do mundo”.

Carlos Ayres Britto, Ministro do STF

Papeleras

Contexto

- ENCE (2003) e Botnia (2005) consultaram os governos argentino e uruguaio de quais seriam os incentivos fiscais para instalação de suas indústrias de papel e celulose à margem do Rio Uruguai.
 - O governo do Uruguai venceu a concorrência
- As duas fábricas utilizariam as melhores técnicas disponíveis no mercado para prevenção e controle integrados da poluição (padrão europeu) .

Contexto

- 2002: a representação argentina na Comissão Administradora do Rio Uruguai (CARU), em consonância com o Estatuto do Rio Uruguai de 1975, requereu informações referentes à eventual construção das fábricas, bem como o suposto impacto ambiental
- Maio 2005: formação de Grupo Técnico Bilateral de Alto Nível (GTAN)
 - posição argentina era de oposição ao financiamento internacional das usinas
 - 12 reunião do GTAN: não foi possível a obtenção de consenso na elaboração de um relatório comum

Tribunal Ad Hoc Mercosul

- 19 de abril de 2006: Tribunal Ad Hoc é estabelecido, de acordo com o Protocolo de Olivos, para julgar a controvérsia apresentada pelo Uruguai em razão da omissão do Estado argentino em não adotar medidas apropriadas, frente aos impedimentos à livre circulação

Tribunal Ad Hoc Mercosul – Uruguai vs. Brasil

	Uruguai	Argentina
Fundamentos Jurídicos	Art. 1 Tratado de Assunção: livre circulação	Liberdade de expressão: direito humano fundamental
	Protocolo de Montevideú: específico com relação a serviços	
	Outras normas de direito internacional (Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre / OMC)	

Tribunal Ad Hoc Mercosul

- O posicionamento argentino foi considerado incompatível com o compromisso assumido no Tratado de Assunção
 - Art. 27 da CVDT: dispõe que as partes não podem deixar de cumprir compromissos internacionais invocando normas de seu direito interno
 - O direito à liberdade de expressão e reunião não seria absoluto, pois seu exercício figura-se limitado, na medida em que afetar os direitos subjetivos dos demais
- Não foi concedido o pedido uruguaio de determinar e regular as futuras condutas da Argentina

Corte Internacional de Justiça

- 04 de maio de 2006: Argentina invocou o Estatuto do Rio Uruguai, art. 6o, parágrafo 1, todo litígio sobre a interpretação ou aplicação do Estatuto, que não possa ser solucionada via diplomática, poderá ser submetido pelas partes à CIJ
- Medidas preventivas foram apresentadas por ambas as partes e rejeitadas pela Corte.

Corte Internacional de Justiça

- A Argentina requereu

- o reconhecimento de que o Uruguai não teria cumprido as obrigações que lhe incumbiam em virtude do estatuto;
- que o Uruguai tomasse as medidas necessárias para a utilização racional do rio ;
- que o Uruguai teria a obrigação de proceder um estudo de impacto ambiental; e
- que o Uruguai incorreria em responsabilidade internacional, devendo cessar seu comportamento e reparar integralmente o prejuízo causado

Corte Internacional de Justiça

- 20 de abril de 2010: a Corte Internacional de Justiça decidiu que:
 - Uruguai violou suas obrigações processuais em relação aos artigos 7º a 12 do Estatuto de 1975 do rio Uruguai;
 - Não violou suas obrigações substantivas nos termos dos artigos 35, 36 e 41 do Estatuto de 1975 do rio Uruguai.